

DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

Renato Veloso

O debate sobre a dimensão técnico-operativa tem sido um dos mais aquecidos do Serviço Social. A preocupação e reflexão sobre a instrumentalidade, as técnicas, os procedimentos e as mediações técnico-operativas, atravessam décadas e têm proporcionado ricas contribuições para o nosso exercício profissional. Alguns pressupostos são fundamentais para nos situar neste debate e gostaria de destacar dois deles.

Primeiro, a dimensão técnico-operativa não pode estar dissociada das demais dimensões que constituem o exercício profissional, a saber, a dimensão teórico-metodológica e a dimensão ético-política; são estas duas dimensões que vão dar sentido teórico e direção política para a escolha e o uso de determinados instrumentos. Segundo, como consequência do primeiro, a valorização da técnica não deve ser confundida com o tecnicismo. O tecnicismo não é simplesmente a valorização da técnica, mas a sobrevalorização desta em detrimento das demais dimensões que compõem o nosso exercício. A(O) profissional que se utiliza de técnicas sem uma sólida fundamentação teórica e ética cai na armadilha do tecnicismo. Por outro lado, a(o) profissional que busca a competência técnica deve fazê-lo sem prescindir das contribuições teórico-metodológicas e ético-políticas. Trata-se de uma articulação necessária e ineliminável.

Como sabemos, o cotidiano profissional é marcado por uma série de processos e fenômenos que, muitas vezes, conduzem a(o) assistente social a uma atuação pragmática e demasiadamente preocupada com aspectos operativos e instrumentais. Muitas vezes as determinações da vida cotidiana são vistas pelos(as) profissionais como obstáculos ao trabalho, o que evidencia um grave equívoco profissional, já que é na cotidianidade que se materializam e se concretizam as expressões da questão social. Atribuir ao cotidiano a condição de obstáculo corresponde a fechar os olhos para a própria realidade e suas múltiplas determinações, incluindo as possibilidades de intervenção sobre a mesma. A reflexão constante sobre os principais aspectos do cotidiano profissional apresenta-se como uma postura fundamental não só para que os(as) profissionais tenham condições de entender as principais determinações e condicionamentos presentes em sua realidade de trabalho, mas também para que novas modalidades de análise e intervenção sobre as expressões da questão social possam ser formuladas e implementadas.

É a partir do cotidiano da atuação profissional, marcado por situações e processos os mais diversificados, os quais dão concretude e complexidade ao trabalho profissional, que se verifica a relevância da dimensão técnico-operativa como componente potencializador do trabalho e como condição fundamental para sua realização.

A técnica e o instrumento estão voltados para a satisfação de necessidades humanas e são gerados e desenvolvidos no interior da sociedade capitalista, onde se observa um forte desenvolvimento das forças produtivas, sem que isso signifique, no entanto, o desenvolvimento das potencialidades de autonomia de homens e mulheres. Em outras palavras, há uma forte contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, em que estas últimas continuam fortemente marcadas pela propriedade privada. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas proporciona o

desenvolvimento de formas de dominação e exploração do trabalhador cada vez mais acentuadas, o que possibilita, por sua vez, a potencialização e intensificação da extração da mais-valia no processo produtivo.

Para que as bases da sociedade capitalista sejam mantidas, foram criados diversos mecanismos de regulação social, dentre os quais se destaca a “racionalidade instrumental” (GUERRA, 2000), de caráter subjetivista e formalista, que se opõe a uma razão substantiva, emancipatória, sintonizada com fins universalistas e valores sociocêntricos, preocupada com as finalidades e com as implicações acerca das escolhas e dos meios para alcançá-las. A razão instrumental encontra-se subordinada ao alcance de fins particulares e de resultados imediatos, o que a torna funcional às estruturas da sociedade capitalista, sendo marcada pela abstração da possibilidade de reflexão crítica e pela redução das formas de objetivação humana a meras técnicas.

Esta postura faz com que a competência profissional seja entendida como resultado do domínio do instrumental técnico. O mesmo ocorre com o saber, que passa a ser revestido de instrumentalidade, convertendo-se em técnica, num sistema de referências metodológicas que tem por objetivo a manipulação técnica, enfim, um saber tecnicamente aproveitável. Ao problematizar a instrumentalidade do trabalho do Serviço Social, Guerra (2000) aponta a existência de dois níveis de abordagem em que se percebe a prevalência da razão instrumental: um que se refere à sua “funcionalidade ao projeto reformista da burguesia” e outro que diz respeito à sua “peculiaridade operatória” (GUERRA, 2000, p. 23).

São níveis de abordagem que se preocupam com o atendimento às requisições instrumentais feitas ao Serviço Social. Embora esta dimensão seja uma condição necessária ao exercício profissional, ela não é suficiente para o adequado desempenho das atribuições profissionais, não permitindo aos(as) assistentes sociais o acesso às possibilidades de escolha que permitam ampliar seus espaços de atuação. Enquanto no primeiro nível a instrumentalidade do Serviço Social remete à sua condição de instrumento de controle e de manutenção da produção material e reprodução ideológica da força de trabalho, no segundo nível, refere-se às respostas operativo-instrumentais, de caráter manipulatório, voltadas à transformação das condições imediatamente dadas. Trata-se de uma ação que não permite aos sujeitos alçarem do atendimento das finalidades particulares para as finalidades da sociedade, posto que, preocupados com a imediaticidade dos fatos, não superam o estrito nível do particular e não fazem escolhas que sejam capazes de elevar seus interesses e finalidades particulares para o nível da genericidade, abarcando valores humano-genéricos.

A preocupação maior consiste na satisfação de critérios de eficácia e eficiência criados a partir de padrões da racionalidade burguesa, os quais, por sua vez, não demandam a apreensão de todos os nexos do processo, descartando as mediações que constituem e vinculam os fenômenos. O importante é a vinculação direta entre ação e pensamento, configurando escolhas profissionais condicionadas por critérios de utilidade prática imediata, de eficácia no nível do imediato.

A presença da razão instrumental no Serviço Social encontra suporte numa concepção que toma a profissão como técnica ou tecnologia social, o que pode ocasionar o fortalecimento de tendências como o metodologismo e o instrumentalismo, as quais tendem a subordinar os valores profissionais, os fins ético-políticos e a legitimidade social da profissão, enfim, o seu projeto ético-político. Tal tendência acaba por caracterizar o

“instrumental técnico” do Serviço Social como um “referencial estratégico” para a ação, abordando-o de forma pobre, limitada e reducionista.

A reflexão sobre a instrumentalidade requer considerar tanto os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, como também a sua vinculação aos objetivos, finalidades e valores profissionais, acionando e potencializando as diversas competências profissionais. É neste sentido que a instrumentalidade pode ser entendida como mediação. Tratar o instrumental técnico como mediação possibilita superar a histórica ruptura entre meios e finalidades, ultrapassando o nível da razão instrumental. Isso implica em considerar os valores subjacentes às ações e a direção das respostas oferecidas às demandas apresentadas, extrapolando a preocupação limitada ao bom uso de técnicas e instrumentos. Coloca-se, assim, um desafio para o Serviço Social no sentido de não sucumbir à razão instrumental, ou seja, não limitar a sua atuação profissional à mera utilização de técnicas e instrumentos de trabalho, perdendo de vista as finalidades que se pretende alcançar.

O instrumental técnico, como mediação, é um meio a ser utilizado para alcançar propósitos específicos, como uma forma de se implementar determinados projetos, os quais, por sua vez, consistem em atos conscientes de intervenção no mundo. A dimensão técnico-instrumental, neste sentido, encontra-se articulada a ideias e valores vinculados a projetos que expressam o relacionamento da ação a uma finalidade, em vista da qual são preparados e dispostos os meios necessários e adequados, são escolhidos os objetos e os procedimentos de ação.

A instrumentalidade reside entre o momento de formulação de projetos e a ação propriamente dita. São as finalidades socialmente construídas que determinam o modo de atuar e a escolha das alternativas, orientando a busca, a seleção e a construção dos meios mais adequados à ação. Tendo em vista o alcance de finalidades, os indivíduos transformam os objetos em instrumentos adequados a seus propósitos. Assim, tratar do instrumental técnico-operativo implica em pensar as propriedades, competências e atribuições que a profissão vai adquirindo na articulação entre as condições de trabalho e o projeto profissional construído coletivamente.

A reflexão sobre a importância e a contribuição do instrumental técnico-operativo requer que este seja situado no interior do projeto profissional ao qual a categoria de assistentes sociais vem dedicando atenção especial nas últimas décadas. O projeto ético-político profissional é uma forma determinada de pensar e exercer a profissão de Assistente Social, construída a partir do final dos anos 1970 e marcada pela ruptura com o tradicionalismo e o conservadorismo profissionais. Constitui-se como uma “autoimagem” (NETTO, 1999) da profissão, na qual estão presentes seus valores, seus objetivos, suas funções e os requisitos, normas e balizas para o seu exercício. Sua síntese pode ser encontrada na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social no Brasil; no Código de Ética Profissional de 1993; e nas Diretrizes Curriculares da formação profissional em Serviço Social.

Evidentemente, não se concebe o projeto ético-político como algo dado. Antes, ele constitui-se como uma conquista da categoria profissional que se encontra em processo permanente de construção e consolidação. Fruto da recente trajetória de renovação profissional, este projeto encontra-se articulado às lutas da sociedade. Sua origem remonta ao contexto de crise da ditadura militar, no âmbito do processo de redemocratização, onde o Serviço Social se renova a partir do processo de socialização da política no Brasil. Tem

como um de seus principais desafios a sua materialização no cotidiano do exercício profissional, o que supõe pensá-lo em articulação com as condições reais de trabalho das(os) assistentes sociais.

A apropriação do instrumental técnico-operativo se dá nos marcos do projeto ético-político profissional, concretizando-se no trabalho cotidiano nas instituições, em projetos de trabalho consistentes, críticos e comprometidos com a qualidade no atendimento prestado aos usuários e usuárias. Ao se apropriar do instrumental, a(o) profissional imprime ao uso que dele fizer uma direção social compatível com os valores e princípios fundamentais que definidores este projeto.

Uma apropriação consistente do instrumental técnico-operativo, em consonância o projeto profissional hegemônico, pode contribuir para o aprimoramento de uma dimensão que já vem sendo considerada, segundo diversos autores, estratégica para o Serviço Social: a competência crítica nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Iamamoto (1993) afirma que para se entender o significado social da profissão, como componente da organização da sociedade, há que se levar em consideração que a atuação do(a) Assistente Social é, necessariamente, polarizada pelos interesses das classes sociais fundamentais e suas personagens, que, por sua vez, só existem em relação, pela mútua mediação entre elas. Como enfatiza a autora, é a partir desse entendimento que se pode estabelecer uma “estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho” (p. 75, grifos da autora).

A construção desta estratégia demanda do Serviço Social a incorporação e o domínio de uma série de recursos e capacidades que, concretamente, lhe possibilitará, em maior ou menor medida, “colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras” (p. 75). O potencial estratégico do instrumental técnico-operativo reside exatamente na possibilidade de contribuir para que o Serviço Social robusteça a opção de participar das “respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida” (p. 95) e consolidar-se como um “intelectual orgânico a serviço [...] das forças populares emergentes [...], reforçando um projeto político alternativo, apoiando e assessorando a organização dos trabalhadores, colocando-se a serviço de suas propostas e objetivos” (IAMAMOTO, 1993, p. 96).

O instrumental técnico-operativo é pensado como uma das dimensões privilegiadas do trabalho profissional, a qual, em sintonia com os valores e princípios profissionais e articulada às outras dimensões (teórica e ética), possibilita avançar na luta pela defesa de direitos, pela ampliação e consolidação da cidadania, e pelo aprofundamento da democracia, demonstrando, neste sentido, a primazia da competência crítica, e não apenas técnico-instrumental.

As dificuldades e limites presentes no cotidiano de trabalho e a necessidade de aprimoramento e desenvolvimento profissional devem ser apropriadas pelos(as) próprios(as) profissionais, que, a partir de seu acervo de conteúdos e instrumentais analíticos, técnicos e éticos, podem formular as diretrizes e alguns aspectos necessários ao seu trabalho. Isso, é claro, levando-se em conta as condições concretas em que sua atividade, como trabalho assalariado que é, se processa. Não se trata de compreender o(a) profissional como um indivíduo acima dos limites institucionais concretos em que se situa, mas de salientar que,

pelo fato de possuir uma relativa autonomia técnica, mostra-se possível conduzir propostas profissionais que possam alterar algumas das características da organização de seu trabalho.

As condições de trabalho nas quais os(as) assistentes sociais estão inseridos(as) podem ser consideradas um fator de grande importância no desenvolvimento das suas dimensões constitutivas, dentre elas a técnico-instrumental. São inúmeros os desafios presentes na articulação entre as dimensões teórica, ética e técnica, envolvendo, dentre outros, escolha e domínio dos instrumentos, condições objetivas e subjetivas de trabalho e um projeto profissional crítico. Dentre eles, talvez o mais importante seja justamente a superação de posturas limitadas à racionalidade instrumental e ao tecnicismo, construindo um instrumental técnico-operativo que permita concretizar de forma cada vez mais consistente os valores e princípios presentes em nosso projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, n. 62, p. 5-34. São Paulo: Cortez, 2000.
- IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. O serviço social no processo de reprodução das relações sociais. In: IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9ª ed., p. 71-123. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993.
- NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.
- VELOSO, R. Condições de trabalho e dimensão técnico-operativa do Serviço Social. In: DUARTE, M. J. O.; ALMEIDA, C. C. L.; MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de (Orgs.). Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais, p. 115-133. Campinas: Papel Social, 2014.